

ACTA NÚMERO 04

Ao nono dia do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas e quinze minutos reuniu a Comissão de Ordenamento do Território, Habitação e Ambiente no Salão Nobre da Câmara Municipal de Viana do Castelo estando presentes os seguintes elementos

- Coordenador: Filipe Fernandes (PS)
- Secretário: Marília Nunes (PSD)
- Membros presentes: Daniel Sales (PS), Júlio Vasconcelos (CDS-PP), Manuel Araújo (JSPV), Marta Silva (IL) e Rodrigo Vaz (JFIndependentes), Virgílio Dias (CH)
- Ausentes: Carlos Morais (JFIndependentes), Cláudia Marinho (CDU)

com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Análise, discussão e seleção de três temas para obtenção de respostas e/ou participação de contributos relativos à metodologia adotada na apreciação dos planos de gestão territorial

Ponto 2 - Outros assuntos.

Ponto 1: Análise, discussão e seleção de três temas para obtenção de respostas e/ou participação de contributos relativos à metodologia adotada na apreciação dos planos de gestão territorial
Conforme acordado cada um dos membros da comissão apresentou os seus contributos, naquilo que entende que possa ser abordado nesta comissão. (em anexo)

_Anexo_01_Daniel Sales PS.pdf
_Anexo_02_marília nunes PSD.pdf
_Anexo_03_rodrigo vaz PJ Ind.pdf
_Anexo_04_marta silva IL.pdf
_Anexo_05_julio vasconcelos CDS.pdf
_Anexo_06_filipe fernandes PS.pdf
_Anexo_07_virgilio dias CHEGA.pdf
_Anexo_08_manuel araujo JSPV.pdf
_Anexo_09_claudio marinho CDU.pdf

Ponto 2: Outros assuntos

Não foram abordados outros assuntos

Nada mais havendo a tratar, o Coordenador encerrou a reunião pelas 20h00 horas. Da presente reunião foi lavrada a presente acta, que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelo Coordenador e pelo Secretário


Coordenador da Comissão
Filipe Fernandes


Secretário da Comissão
Marília Nunes

Comissão Ordenamento do Território, Habitação e Ambiente

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Nos termos do acordado na reunião de 9 de abril, considero importantes, para análise e discussão, sem desmerecer o mérito dos outros sugeridos pelos demais integrantes desta comissão, nomeadamente os direccionados para o tempo presente e futuro, dois temas, a saber:

PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA

Erosão acentuada

Efeitos sobre o edificado

Medidas preventivas

Salvaguarda de licenciamentos

CAMINHOS DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

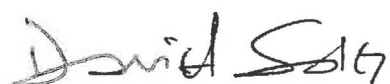
Caminho Português da Costa

Sinalética

Manutenção

Análise do potencial, em termos económicos e sociais

Viana do Castelo, 16 de abril de 2026



Comissão de Ordenamento do Território, Habitação e Ambiente

Proposta de Temas para Discussão

Enquadramento

Atendendo às especificidades territoriais do Município de Viana do Castelo — marcado pela interface entre o litoral e o interior, pela presença de áreas ambientalmente sensíveis e por dinâmicas urbanas diferenciadas — importa promover uma abordagem integrada no âmbito do Plano Diretor Municipal (PDM), alinhada com os desafios atuais de coesão territorial, acesso à habitação e sustentabilidade ambiental

1. Modelo de Ocupação do Território e Contenção da Expansão Urbana

Objetivo: Promover um modelo de desenvolvimento territorial equilibrado mais compacto e eficiente, que privilegie a eficiência do uso do solo, a coesão urbana e a sustentabilidade financeira das infraestruturas, reduzindo a dispersão urbana e valorizando os aglomerados existentes.

Contexto local:

- Existência de uma malha territorial com núcleos urbanos dispersos e freguesias de baixa densidade
- Pressão urbanística nas zonas litorais (ex.: faixa costeira e áreas próximas do centro urbano)
- Necessidade de revitalização de áreas urbanas consolidadas

Linhas de orientação:

- Reforço da densificação em áreas urbanas consolidadas
- Limitação da expansão urbana dispersa
- Valorização da reabilitação urbana
- Proteção do solo rústico e das atividades agrícolas e florestais

Propostas de medidas:

- Revisão dos perímetros urbanos com base em critérios de necessidade efetiva privilegiando a consolidação em detrimento da expansão
- Criação de incentivos à reabilitação de edifícios devolutos no centro histórico e nas vilas do concelho
- Revisão dos perímetros urbanos,
- Condicionamento da edificação em solo rústico, sobretudo em áreas florestais e agrícolas
- Promoção de centralidades locais nas freguesias do interior

Questão orientadora: Como equilibrar a atratividade do litoral com a necessidade de valorização do interior do concelho?

2. Habitação Acessível e Coesão Territorial

Objetivo: Assegurar o acesso à habitação condigna a custos compatíveis com os rendimentos da população, promovendo simultaneamente a coesão social e territorial e a fixação de população jovem e ativa

Contexto local:

- Aumento da pressão imobiliária, em particular nas zonas mais próximas do litoral e do centro urbano
- Dificuldades no acesso à habitação para jovens e famílias de rendimentos médios
- Tendência de envelhecimento populacional em freguesias do interior

Linhas de orientação:

- Integração da política de habitação no planeamento territorial
- Promoção da fixação de população jovem
- Reforço da oferta de habitação a custos controlados

Propostas de medidas:

- Reserva de solo para habitação a custos controlados em novas operações urbanísticas
- Programas municipais de incentivo ao arrendamento acessível
- Parcerias com entidades públicas e privadas para desenvolvimento habitacional
- Programas de reabilitação para arrendamento acessível

Questão orientadora: Que instrumentos pode o município mobilizar para garantir habitação acessível sem comprometer a sustentabilidade do mercado?

3. Sustentabilidade Ambiental e Resiliência Climática

Objetivo: Integrar critérios ambientais e de adaptação climática no ordenamento do território, garantindo a proteção dos recursos naturais e a redução de riscos. Reforçar a proteção ambiental e a adaptação às alterações climáticas, garantindo a resiliência do território.

Contexto local:

- Forte exposição a riscos costeiros (erosão, galgamento) ao longo do litoral
- Presença de áreas classificadas e sensíveis (ex.: zonas húmidas, estuário do rio Lima)
- Risco de incêndios em áreas florestais do interior

Linhas de orientação:

- Salvaguarda das áreas integradas na REN e RAN
- Promoção de infraestrutura verde e conectividade ecológica
- Prevenção de riscos naturais e tecnológicos
- Integração de soluções baseadas na natureza

Propostas de medidas:

- Delimitação e reforço de zonas de proteção ecológica de proteção costeira e restrição de edificação em áreas vulneráveis
- Integração de corredores verdes em espaço urbano
- valorização ecológica do estuário do Rio Lima e zonas envolventes
- Restrição de edificação em zonas de risco (cheias, incêndios, erosão)
- Planos de gestão de combustível e ordenamento florestal
- Incentivo à eficiência energética e ao uso de energias renováveis baseadas na natureza

Questão orientadora: Como integrar eficazmente a adaptação climática nas regras vinculativas do PDM?

Considerações Finais

Os temas apresentados visam enquadrar uma discussão estratégica orientada para decisões concretas, propondo uma base de discussão orientada para decisões políticas e técnicas que promovam um desenvolvimento territorial mais equilibrado, inclusivo e sustentável.

marilia nunes, PSD

Linhas de água

Saliento a importância da limpeza, manutenção e, sobretudo, da correta identificação e marcação das linhas de água existentes no concelho. Considero fundamental “voltar a pensar” estas estruturas naturais enquanto elementos essenciais do ordenamento do território, não apenas pela sua função ecológica, mas também pelo seu papel na prevenção de riscos. Neste contexto, destaco a crescente incidência de fenómenos extremos associados às alterações climáticas, nomeadamente períodos de precipitação intensa, cheias e inundações, que tornam ainda mais urgente uma gestão eficaz e preventiva das linhas de água. Entendo que a sua desobstrução, monitorização e integração no planeamento territorial são medidas essenciais para mitigar impactos e reforçar a resiliência do concelho.

Caminhos de Santiago

Adicionalmente, abordei o potencial estratégico dos Caminhos de São Tiago no território vianense. Sublinho a sua relevância enquanto eixo estruturante para o turismo sustentável, promovendo a atratividade do concelho junto de visitantes nacionais e internacionais. Para além da vertente turística, considero também importante o papel destes percursos ao nível da mobilidade suave, incentivando práticas de deslocação pedonal e ciclável, com benefícios ambientais e de saúde pública. Acredito que a valorização e qualificação dos Caminhos de São Tiago poderão contribuir para o desenvolvimento económico local, dinamizando o comércio e a restauração, bem como para a afirmação de Viana do Castelo como destino de referência no contexto do turismo cultural e de natureza.

Rodrigo Vaz- Presidente da JF Castelo do Neiva

Comissão Ordenamento do Território, Habitação e Ambiente

Sessão da Comissão: 09 de abril de 2026

Temas:

- Ocupação de solo e densificação da cidade: Propõe-se que esta comissão possa estudar, avaliar e identificar as áreas onde é possível densificar e verticalizar a cidade – articulando o estudo com a revisão em curso do Plano Director Municipal de Viana do Castelo e com demais documentos já disponíveis para correcta integração dos mesmos, nomeadamente a Carta Municipal da Educação - e garantindo, desta forma, uma utilização mais eficiente da infraestrutura existente, libertando terreno/solo para apostar no factor diferenciador de Viana do Castelo: a qualidade da paisagem.
- Estudo de viabilidade do modelo Build-to-rent: Propõe-se a elaboração de estudo de viabilidade para a atração e captação de fundos de investimento imobiliários que garantam uma mais ágil promoção da oferta habitacional. Existem inúmeros fundos disponíveis para investir em habitação, oferecendo garantias de preços controlados. Este modelo pode, inclusivamente, ajudar à regularização dos preços do arrendamento no mercado.

Links uteis: Pedro Lancastre sobre Built to Rent: “Madrid estava ao nível de Portugal há 5 anos e agora tem 30 mil casas com rendas acessíveis” - Expresso

CEO da Vanguard alerta que “tudo o que hoje não for construído com sustentabilidade vai valer menos”

Built to Rent no Porto: “É um primeiro passo e o formato vai ser replicado em breve noutras localizações” - Expresso

- Identificar imóveis e terrenos municipais: Propõem-se a identificação de imóveis e terrenos municipais, pertencentes à Camara Municipal de Viana do Castelo e Juntas de Freguesia deste concelho, de forma a possa ser programada a sua utilização para o fomento da oferta habitacional, assim como de outros equipamentos que são essenciais à construção de Cidade (creches, parques infantis, cinema, etc.)
- Análise SWOT: Propõe-se ainda a elaboração de uma SWOT debruçada sobre os factores diferenciadores do município e que possa ser utilizada para construção de um conceito de cidade a médio-longo prazo.


(deputada municipal IL)

1º tema proposto: a construção de 2 pontes fluviais sobre o Rio Lima: uma em execução ligando Deocriste/Deão a São Salvador da Torre para trânsito rodoviário e outra, ao que se sabe ainda em concurso de ideias, exclusivamente pedonal, ligando as duas margens da cidade, aparentemente, junto à Ponte Eiffel, são factos proeminentes dos últimos 35 anos que marcarão indelevelmente o nosso concelho. Não se constroem pontes todos os dias!

Na verdade, quer uma ponte, quer outra, constituem investimentos municipais, de Viana, muito significativos. Com impacto na meio-ambiente circundante e que acrescentarão novas formas de lermos o nosso rio, as suas margens e o património edificado existente.

Importará, assim para além do mais que for entendido

- a) avaliar qual o impacto ambiental e visual das duas pontes;
- b) avaliar qual o impacto na qualidade de vida dos vianenses das duas margens;
- c) avaliar qual a relação custo-benefício para Viana destes duas novas infraestruturas, o que coenvolve a sua manutenção e conservação.

2º tema proposto: o núcleo urbano da Praia da Amorosa:

- o que poderá ser realizado e executado pelo Município em ordem a melhorar a qualidade urbana e residencial deste tão importante núcleo edificado da nossa margem sul, compaginado com a sua praia atlântica.

Valerá a pena estudar e avaliar!

3º tema proposto: a execução da nova via de acesso do Vale do Neiva, a partir da vila de Barroselas, ao nó da A28 junto à Zona Industrial de São Romão do Neiva, que está em curso, é um vultuoso investimento municipal, que importará avaliar nas suas múltiplas dimensões: ambiental, social, económica, etc.

4º tema proposto: o Novo mercado municipal em construção é também um vultuoso investimento municipal que está em curso, que importará também, avaliar nas suas múltiplas dimensões e impactos: ambiental, social, económica, visual, etc.

5º tema proposto: a nossa cidade projetada e executada pela Vianapolis, com os seus planos de pormenor, o seu plano estratégico, os investimentos realizados (a demolição do Prédio do Coutinho, as marinas, os clubes náuticos – a vela, o remo e a canoagem, o parque da cidade, o loteamento da Argaçosa, os parques de estacionamento, as ruas estreitas com passeios XXLL, o Estação-Shopping): qual o seu impacto na vida dos vianenses: na sua mobilidade, conforto, bem-estar residencial, rendimento per capita, vitalidade económica, crescimento populacional, etc. ? Importará avaliar! Se é que já não foi avaliado?!

Pelo CDS,

Júlio Vasconcelos

Comissão de Ordenamento do Território, Habitação e Ambiente

Remete-se, de acordo com o definido na reunião de 9 de março, três temas pertinentes, alinhados com a metodologia definida e com capacidade de gerar contributos úteis para o trabalho desta Comissão.

Com um foco no plano que se encontra atualmente em revisão, o Plano Diretor Municipal de Viana do Castelo (PDM) e, por esse motivo, mais premente no âmbito desta reunião, proponho os temas seguintes:

1. Habitação e pressão urbanística

A crescente pressão sobre o acesso à habitação exige uma análise rigorosa dos instrumentos de gestão territorial. Este tema permite avaliar se os planos em curso respondem de forma adequada às necessidades habitacionais, evitando fenómenos como a especulação, a dispersão urbana ou a insuficiência de oferta. Além disso, articula-se diretamente com a Estratégia Municipal de Habitação e com o equilíbrio entre crescimento urbano e qualidade de vida.

2. Sustentabilidade ambiental e adaptação às alterações climáticas

Os planos territoriais têm um papel central na mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Este tema permite aprofundar a análise da proteção de recursos naturais, da prevenção de riscos (cheias, incêndios, erosão) e da integração de soluções sustentáveis, como mobilidade suave ou eficiência energética. Garante que o desenvolvimento do concelho não compromete o seu equilíbrio ambiental a médio e longo prazo.

3. Exequibilidade e financiamento dos planos

Muitos planos apresentam propostas ambiciosas, mas nem sempre acompanhadas de condições reais de execução. Este tema foca-se na viabilidade económica e no modelo de implementação, analisando custos, fontes de financiamento e prioridades. Permite assegurar que os instrumentos não são apenas documentos estratégicos, mas ferramentas concretas e realizáveis, alinhadas com a capacidade financeira do município.

Com o objetivo de não ter uma componente técnica detalhada, pretende-se reforçar o papel da Comissão enquanto órgão de **orientação política e fiscalização**. Assim, permite uma discussão mais acessível, mas ainda fundamentada, centrada na análise em **impacto real, justiça territorial e compromisso público**.

1. Acesso à Habitação e Coesão Territorial

Garantir que o território serve as pessoas de forma equilibrada e inclusiva.

Este tema centra-se na capacidade do PDM em responder a um dos principais desafios atuais: garantir acesso à habitação digna, evitando simultaneamente desequilíbrios entre freguesias e fenómenos de exclusão territorial.

- O plano contribui para aumentar a oferta de habitação acessível?
- Promove equilíbrio entre centro urbano e restantes freguesias?
- Combate a desertificação de zonas periféricas?
- Evita concentração excessiva de investimento em áreas específicas?
- Articula-se com a estratégia municipal de habitação?

2. Sustentabilidade e Proteção do Território

Assegurar um desenvolvimento que não compromete o futuro do território.

Mais do que indicadores técnicos, importa avaliar se o PDM assume uma visão clara do território, conciliando desenvolvimento com responsabilidade ambiental.

Linhas de análise (políticas):

- O plano protege efetivamente os recursos naturais e paisagísticos?
- Evita ocupação de áreas de risco?

- Integra preocupações com alterações climáticas?
- Promove um modelo de mobilidade mais sustentável?
- Preserva a identidade territorial e paisagística do concelho?

3. Exequibilidade, Prioridades e Compromisso Público

Garantir que o PDM é um instrumento credível, executável e sujeito a escrutínio.

Este tema avalia a credibilidade do plano enquanto instrumento de ação política, e não apenas como documento estratégico.

- O plano define prioridades claras ou é excessivamente genérico?
- Existem compromissos concretos ou apenas intenções?
- O nível de ambição é compatível com a capacidade do município?
- O plano distribui de forma equilibrada os investimentos?
- Há transparência e responsabilização na sua execução?

Tema	Objetivo de Análise	Questões-Chave	Indicadores Propostos
Habituação e Modelo de Ocupação do Solo	Avaliação da capacidade do Plano Diretor Municipal para responder às necessidades habitacionais da população, assegurando simultaneamente equilíbrio territorial e coesão social no conjunto do concelho.	O plano contribui para melhorar o acesso à habitação? Promove um desenvolvimento territorial equilibrado? Reduz assimetrias entre diferentes zonas do concelho?	• Promoção de habitação acessível e adequada às necessidades da população; • Equilíbrio entre áreas urbanas e freguesias de menor densidade; • Combate à desertificação e reforço da atratividade territorial; • Distribuição equilibrada de oportunidades de desenvolvimento; • Articulação com as políticas municipais de habitação.
Sustentabilidade Ambiental, Riscos e Resiliência	Apreciação da visão estratégica do plano quanto à salvaguarda dos recursos naturais, à mitigação de riscos e à integração dos desafios das alterações climáticas no modelo territorial.	O plano assegura a proteção do território a longo prazo? Previne riscos e vulnerabilidades? Concilia desenvolvimento com sustentabilidade ambiental??	• Proteção e valorização do património natural e paisagístico; • Salvaguarda de áreas sensíveis e prevenção de riscos naturais; • Integração de princípios de adaptação às alterações climáticas; • Promoção de mobilidade sustentável; • Preservação da identidade territorial.
Exequibilidade, Programação e Governança	Avaliação da credibilidade do plano enquanto instrumento de ação política, considerando a clareza das prioridades, a sua viabilidade e os mecanismos de acompanhamento e responsabilização.	O plano apresenta prioridades claras e assumidas? É exequível no contexto municipal? Permite acompanhamento e escrutínio ao longo do tempo?	• Definição clara de prioridades e opções estratégicas; • Coerência entre ambição e capacidade de execução; • Equilíbrio na afetação de investimentos; • Existência de mecanismos de acompanhamento e avaliação; • Transparência e clareza na comunicação pública do plano.

Sugestões de 3 temas para discussão na COTHA

No início da reunião de 9 de abril de 2026, reiterei a informação, oportunamente transmitida, da minha ausência na reunião anterior, realizada em 10 de março de 2026, por motivos de saúde. Em consequência, apenas na véspera daquela reunião tomei conhecimento da decisão de solicitar aos representantes com assento na COTHA a apresentação de três temas para posterior discussão. Não tive, por isso, oportunidade de refletir devidamente sobre os assuntos que consideraria mais pertinentes, razão pela qual informei que me abstinha de apresentar os temas então solicitados.

Contudo, no decurso da reunião, surgiram matérias sobre as quais entendi oportuno pronunciar-me, tendo os companheiros escutado, com compreensiva atenção, as minhas intervenções, pelo que lhes deixo aqui o meu sincero agradecimento.

Dessas intervenções, destaco duas:

A primeira, relativa à hipotética construção da ponte pedonal (Dr. Júlio de Vasconcelos), sobre a qual manifestei entender não existir interesse relevante, considerando que tal objetivo deveria antes ser alcançado através da libertação do tabuleiro ferroviário da Ponte Eiffel.

A segunda, quando foram abordadas, creio que pelo Dr. Daniel, algumas questões relacionadas com a floresta. Nessa ocasião referi a reduzida utilidade do BUPI, por se tratar de um instrumento cadastral de iniciativa individual e voluntária, assente, em regra, em delimitações de extremas indicadas pelos proprietários e, por isso, suscetível de eventuais incorreções ou fraudes. Em contraponto, defendi que apenas um cadastro universal, obrigatório e da responsabilidade do Estado permitirá um conhecimento rigoroso do território e sustentará um verdadeiro ordenamento territorial.

Entretanto, após a reunião, tive oportunidade de maturar os temas que gostaria de ver debatidos, os quais se distribuem entre uma preocupação de âmbito nacional (I), um tema com influência na mobilidade regional (II) e, por fim, uma questão de importância local (III).

Assim, ainda que não venham a ser invocados em sede de ata, deixo-os à consideração dos companheiros.

(I) A morosidade intolerável na aprovação dos Instrumentos de Gestão Territorial: um bloqueio ao desenvolvimento de Viana do Castelo

O ordenamento do território deve constituir um instrumento de visão estratégica, previsibilidade e resposta célere às necessidades do concelho. Contudo, em Portugal, e Viana do Castelo não constitui exceção, os processos de revisão, alteração ou aprovação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), em particular dos Planos Diretores Municipais (PDM), revelam tempos de tramitação excessivos e dificilmente compatíveis com a atual dinâmica económica, social e ambiental.

No caso de Viana do Castelo:

- o PDM atualmente em vigor foi aprovado em 2008;
- em 11 de julho de 2019 foi deliberado iniciar o respetivo processo de revisão;

- em abril de 2026 decorreram já quase sete anos desde essa deliberação, sem que o processo esteja concluído.

Trata-se de um prazo manifestamente excessivo.

Creio que esta preocupação será comum a todos nós, aos partidos aqui representados e ao próprio município. Não será arriscado admitir que se trata de um problema transversal à generalidade dos municípios portugueses.

Daí entender que poderá caber a esta Comissão dinamizar um movimento institucional que, através da Associação Nacional de Municípios Portugueses e das estruturas partidárias nacionais, contribua para levar o poder político a rever o enquadramento legislativo do ordenamento do território.

(II) Viana do Castelo entre pontes do passado e mobilidade do futuro

Enquadramento

A mobilidade de Viana do Castelo continua excessivamente condicionada por infraestruturas concebidas para outra época, incapazes de responder às atuais exigências de coesão territorial, competitividade económica e qualidade urbana.

Entre essas limitações destaca-se a travessia ferroviária do rio Lima, ainda assente na histórica Ponte Eiffel, inaugurada em 1896. Trata-se de uma obra notável do património nacional, mas hoje marcada por evidentes constrangimentos funcionais.

Durante grande parte do século XX, esta infraestrutura constituiu um eixo essencial do desenvolvimento do Alto Minho. Porém, no século XXI, a sua configuração tornou-se um fator estrutural de limitação.

A Linha do Minho: modernização insuficiente

No troço Nine–Valença, decisivo para o Alto Minho, registaram-se intervenções de modernização relevantes ($\pm 100\text{M€}$). Contudo, a manutenção em via única, salvo alguns pequeno segmentos em via dupla para cruzamento de composições, perpetua limitações graves:

- baixa capacidade operacional;
- dificuldade de cruzamento e de cadência;
- menor fiabilidade horária;
- tempos de viagem pouco competitivos;
- fragilidade no transporte de mercadorias;
- reduzida atratividade pendular e inter-regional.

Em termos práticos, modernizou-se sem resolver plenamente o problema da capacidade.

O risco de marginalização territorial

A crescente valorização do eixo Porto–Braga, servido por infraestrutura mais robusta, aliada à ausência de uma ligação eficiente entre Viana e Braga via Nine, tende a deslocar fluxos populacionais, empresariais e logísticos para o interior do Baixo Minho.

Caso futuros investimentos ferroviários reforcem esse padrão sem compensação litoral, o risco é evidente:

- perda relativa da centralidade de Viana do Castelo;
- enfraquecimento do litoral alto-minhoto;
- menor competitividade do porto comercial;
- redução do hinterland económico natural da cidade.

O problema urbano dentro da cidade

A atual inserção ferroviária em Viana do Castelo produz igualmente impactos urbanos relevantes:

- barreira física entre a cidade e o rio;
- constrangimentos à reorganização viária;
- limitação da expansão qualificada do centro histórico;
- dificuldade de reconversão de frentes urbanas;
- perda de continuidade pedonal e ciclável.

Viana do Castelo continua condicionada entre rio, ferrovia e encosta.

(III) O Centro Histórico e o seu apagamento social

Esta é a realidade que, progressivamente, os vianenses vão observando na sua cidade, em particular no período noturno.

Alterar esta tendência deve constituir prioridade para quem exerce o poder político, no quadro da estratégia recentemente sufragada.

Pela minha parte, gostaria de sublinhar os extraordinários atributos do Centro Histórico para o afirmar como verdadeiro coração urbano da cidade, preservando vida quotidiana, habitação, comércio e uso público.

Como defendia o Arquiteto Fernando Távora, autor do Plano Marginal de Viana,

“ o Centro Histórico deverá articular-se com as novas expansões (marginal, equipamentos públicos, novos espaços cívicos), mantendo protagonismo e continuidade. A frente ribeirinha moderna não deveria competir com o centro antigo, mas reforçá-lo”.

Importa, pois, não esquecer que o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha devem ser entendidos como uma única peça urbana, integrada e valorizada de forma coerente.

1 - FLORESTA - Biomassa Florestal

A biomassa é toda a matéria orgânica que pode ser utilizada para produzir energia como calor, eletricidade ou biocombustíveis.

A utilização da biomassa florestal traz a limpeza das florestas e consequentemente a diminuição do risco de incêndios, permitindo, também, a conversão dos resíduos em energia, sem esquecer que se trata de um recurso renovável e de reduzida emissão carbónica.

Em Portugal, a gestão da biomassa florestal para a prevenção de incêndios necessita de apoios e incentivos que permitam aos proprietários realizar os desmatamentos nas suas propriedades. **O apoio de X euros por hectare, à semelhança de subsídio, num processo simplificado, permitiria aos proprietários realizar a limpeza dos seus terrenos.**

A existência de **benefícios fiscais**, em sede de IRC e IRS, com encargos de operações de limpeza florestal, que já existe para determinados contextos ligados à Gestão Florestal, deve ser alargado o mais possível para incentivar os proprietários à limpeza das matas.

As centrais de biomassa, ao utilizarem resíduos florestais, assumem um **papel fundamental** na proteção e defesa da floresta contra incêndios. A criação de centrais e a sua valorização permitirá o surgimento de estruturas capazes de contribuir fortemente para o combate à praga dos incêndios.

Acessos - Uma parte significativa do monte/floresta não permite acesso fácil aos meios terrestres de socorro em época de incêndios. Para poder responder com alguma eficácia aos fogos é necessário reavivar antigos trilhos e abrir novos acessos para que as viaturas possam, pelo menos, em espaços onde outrora houve movimento, novamente, circular.

Reforço de equipas - Um esforço conjunto das diversas entidades que superintendem nas respetivas áreas florestais (Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Bombeiros, Comunidades Intermunicipais, Sapadores...) é fundamental para obviar de forma mais robusta na resolução dos problemas inerentes à floresta.

Outras medidas de prevenção

Reforço da investigação de crimes de incêndio.

Mapeamento de áreas prioritárias.

Criação de faixas de gestão de combustível.

O esquema de controlo e minimização dos riscos na floresta passa por uma combinação de incentivos diretos e fiscais aos proprietários, a valorização da biomassa florestal como recurso energético e ferramenta de prevenção e uma intervenção mais vigorosa do Estado na gestão e fiscalização são aspetos essenciais a ter em consideração para preservar e desenvolver a nossa floresta.

2 - PRAIAS FLUVIAIS

As praias fluviais das margens do rio Lima, locais muito usados para banhos no período de veraneio, não são oficialmente reconhecidas, classificadas e monitorizadas por entidades como a Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Essas praias (Preguiça, em Santa Marta de Portuzelo; Barco do Porto, em Serreleis; praia da Torre, S. Salvador da Torre, e praia de Lanheses e, também, as da margem esquerda) não têm controlo regular da qualidade da água, não dispõem de vigilância, contudo, algumas delas possuem infraestruturas (WC, chuveiro, mesas, espaço para jogos, contentores, iluminação pública, bons acessos...) e grande afluência no verão.

Depois da análise de cada um dos espaços, seria oportuno estudar a possibilidade de obter a **classificação oficial como praia fluvial**. Esta classificação traria benefícios de vária ordem, tais como a instalação de sinalização básica de segurança, possibilidades de vigilância, análises periódicas da água, melhorias no espaço com condições para o lazer, para encontros, até para determinadas práticas desportivas.

No rio Lima, infelizmente, tem-se verificado ao longo do tempo acidentes graves, não atuar neste domínio é manter um *statu quo* que em nada favorece a segurança de quem procura esses espaços para descanso e lazer em época de verão, propícias aos banhos fluviais.

O reconhecimento oficial traria, também, a esses espaços um enriquecimento na sua morfologia, preservação e desenvolvimento, criando, até, estruturas amovíveis que não colidissem com a legislação.

Santa Marta de Portuzelo, 14 de abril de 2026

Manuel Augusto da Cunha Araújo - JSPV

Contributos na área do Ambiente – Viana do Castelo

No âmbito da Comissão de Ordenamento do Território, Habitação e Ambiente, importa reforçar uma intervenção consistente e contínua na proteção e valorização ambiental do concelho de Viana do Castelo, com medidas concretas e próximas das populações.

Desde logo, destaca-se a necessidade de melhorar significativamente a **higienização dos contentores de resíduos sólidos urbanos**, bem como dos espaços envolventes onde estes se inserem. A acumulação de resíduos, maus odores e falta de limpeza regular constituem um problema de saúde pública e de degradação ambiental. Defende-se:

- a implementação de **planos regulares de lavagem e desinfeção** dos contentores
- a criação de **equipas dedicadas à manutenção e fiscalização**
- campanhas de **sensibilização para o correto uso dos equipamentos**
- ações periódicas de **limpeza comunitária** nas zonas envolventes

Ao nível dos **recursos hídricos**, é fundamental garantir a monitorização, limpeza e valorização das linhas de água do concelho, com especial atenção para a Ribeira de Portuzelo, Ribeira de Fornelos e Ribeira de Caramonas. Propõe-se:

- **ações regulares de limpeza das margens e leitos**, com envolvimento da população e associações locais
- programas de **monitorização da qualidade da água**
- projetos de **renaturalização das margens**, com plantação de vegetação autóctone
- criação de **percursos pedonais e educativos** junto às ribeiras, promovendo o contacto com a natureza
- desenvolvimento de **atividades escolares e educativas** sobre a proteção dos ecossistemas ribeirinhos

Relativamente aos espaços de lazer e fruição pública, importa assegurar a preservação e valorização da **Praia Fluvial da Argaçosa**, garantindo a qualidade da água, a limpeza regular do espaço e a manutenção das infraestruturas de apoio. Neste âmbito, propõe-se:

- **ações de limpeza e manutenção regulares** da praia e áreas envolventes

- implementação de **programas de educação ambiental** dirigidos a utilizadores e escolas
- realização de **atividades de sensibilização sobre resíduos e proteção da água**
- reforço da **vigilância e fiscalização ambiental** durante a época balnear
- promoção de **eventos sustentáveis**, como dias ambientais ou iniciativas de voluntariado

Em suma, é essencial uma política ambiental que combine **prevenção, intervenção no terreno e envolvimento da comunidade**, promovendo atividades concretas que incentivem a participação ativa dos cidadãos na construção de um concelho mais limpo, sustentável e com melhor qualidade de vida.

Claudia Marinho

Presidente da UFVC